



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Alfredo Sérgio Magalhães Jambo

86
R

3ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO – APELAÇÃO CÍVEL N.º 0297236-9

APELANTE: ESTADO DE PERNAMBUCO

APELADO: GEANE CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE

RELATOR: DES. ALFREDO SÉRGIO MAGALHÃES JAMBO

EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO ORDINÁRIA DE COBRANÇA. AUXÍLIO-FUNERAL. APLICAÇÃO DA LEI ESTADUAL Nº 10.426/90. INAPLICABILIDADE DA LEI COMPLEMENTAR ESTADUAL Nº 32/2001. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. ART. 20, §3º DO CPC. APELO PARCIALMENTE PROVIDO.

1 – O falecido era militar estadual e a lei estadual nº 10.426/90, que disciplina o valor a ser pago a título de auxílio-funeral, assim estabelece: "Art. 65 - O auxílio-funeral equivale a duas vezes o valor do soldo do posto ou graduação do servidor militar falecido, não podendo ser inferior a duas vezes o valor do soldo do Cabo";

2 - Ressalte-se que, havendo uma lei específica que regula a matéria, é ela que deve ser aplicada em caso de litígio. A Lei de Introdução ao Código Civil disciplina, em seu artigo 2º, § 2º, que a lei nova, que estabeleça disposições gerais ou especiais a par das já existentes, não revoga nem modifica a lei anterior;

3 – Por outro lado, a Lei Complementar Estadual nº 32/2001 regula todas as parcelas remuneratórias percebidas pelos membros da Polícia Militar do Estado, Casa Militar e Corpo de Bombeiros Militar do Estado, não mencionando o auxílio-funeral. Ademais, destaque-se, por oportuno, que esse tipo de auxílio é parcela indenizatória, não se confundindo, pois, com a espécie tratada na LCE;

4 - Destarte, determinando a lei que o valor do auxílio-funeral corresponde a duas vezes o valor do soldo do posto ou graduação do servidor militar falecido, tendo o servidor, à época do falecimento, soldo no valor de R\$ 1.557,13, o valor que deveria ter sido pago à autora era R\$ 3.114,26. Como já recebeu a importância de R\$ 215,02, a diferença a ser paga é de R\$ 2.899,24;

5 - No que tange aos honorários advocatícios, entende a parte recorrente ~~que ela deva ser reduzida~~, pois o valor arbitrado, R\$ 1.500,00, corresponderia a 51,73% do valor da condenação, ou seja, R\$ 2.899,24, o que se revelaria desarrazoado;

6 - No caso vertente, o magistrado, ao arbitrar o valor dos honorários em R\$ 1.500,00, com a devida vênia, excedeu-se, indo além dos limites estampados no suso mencionado §3º do art. 20 do CPC. Posto isso, atendo-me às alíneas a, b e c do §3º do art. 20, entendo que devam ser reduzidos os honorários advocatícios de R\$ 1.500,00 para 20% sobre o valor da condenação;

7- Apelo parcialmente provido.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Alfredo Sérgio Magalhães Jambo

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos nestes autos de Apelação Cível nº 0297236-9, acordam os Desembargadores que integram a Terceira Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, em sessão realizada no dia 03/10/13, à unanimidade, em **DAR PARCIAL PROVIMENTO** ao recurso de apelação, tudo conforme os votos constantes nas notas taquigráficas, anexos que passam a integrar o presente julgado.

Recife, 03/10/13

~~Des. Alfredo Sérgio Magalhães Jambo~~
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Alfredo Sérgio Magalhães Jambo

82
/

3ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO – APELAÇÃO CÍVEL N.º 0297236-9

APELANTE: ESTADO DE PERNAMBUCO

APELADO: GEANE CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE

RELATOR: DES. ALFREDO SÉRGIO MAGALHÃES JAMBO

RELATÓRIO

Cuida-se de Recurso de Apelação Cível, interposto pelo Estado de Pernambuco contra sentença de primeiro grau (fls. 32/33v) que, preferida à vista do julgamento da ação ordinária nº. 0146045-10.2009.8.17.0001, proposta por Geane Cavalcanti de Albuquerque, julgou procedente o pedido atorial para condenar o réu no pagamento da quantia de R\$ 2.889,24 (diferença entre o auxílio funeral pago à autora e o dobro do soldo a que fazia jus seu esposo à data do falecimento), com os acréscimos legais. Condenou o réu, ainda, ao pagamento de honorários advocatícios no valor de R\$ 1.500,00.

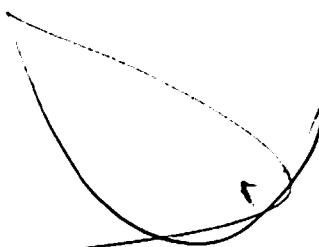
Irresignada, a Fazenda Pública apelou (fls. 36/45), alegando, em síntese, que a Lei Complementar nº 32/01 determinou que as parcelas remuneratórias recebidas pelos Policiais Militares passariam a corresponder aos valores nominais referentes ao mês de março de 2001. Assim, ocorrendo o óbito na vigência da referida lei e adotando o parâmetro então estabelecido, o valor pago à autora (R\$ 215,02), à título de auxílio-funeral estaria correto, não havendo que se falar, portanto, em recebimento da diferença. Pede, ainda, a redução da verba honorária e, por fim, o conhecimento e provimento da apelação.

Recurso recebido em ambos efeitos legais (fl. 46) e contrarrazões às fls. 9/79, pela manutenção dos termos do julgado.

É o Relatório. Por tramitar sob o rito sumário (art. 551, §3º, do CPC), o presente feito não se submete à revisão.

Inclua-se em pauta.

Recife, 03/09/2013.


Alfredo Sérgio Magalhães Jambo
Desembargador



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Alfredo Sérgio Magalhães Jambo

Jo
R

3ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO – APELAÇÃO CÍVEL N.º 0297236-9

APELANTE: ESTADO DE PERNAMBUCO

APELADO: GEANE CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE

RELATOR: DES. ALFREDO SÉRGIO MAGALHÃES JAMBO

VOTO

Ab initio, cumpre ressaltar que a sentença de primeiro grau não é hipótese de duplo grau obrigatório, em razão do que estabelece o artigo 475, em seu parágrafo 2º (não haverá duplo grau obrigatório quando a condenação contra a Fazenda Pública for inferior a sessenta salários mínimos).

No entanto, a Fazenda Pública interpôs, voluntariamente, recurso de Apelação, levando ao conhecimento deste órgão as razões de seu apelo.

Frise-se, por oportuno, que por a demanda envolver apenas direito patrimonial, sem repercutir no interesse público-primário, além do valor da causa ser ínfimo, não vislumbro a participação do Ministério Público à luz do artigo 82, III do CPC, motivo pelo qual deixei de remeter os autos à Procuradoria de Justiça.

No que pertine ao mérito do recurso, tenho que este merece prosperar parcialmente. Senão vejamos.

A demanda versa sobre a percepção a menor de um auxílio-funeral que foi pago a autora no valor de R\$ 215,02.

O apelante argumenta que, a partir da vigência da Lei Complementar nº 32/01, as parcelas remuneratórias pagas aos PMs corresponderiam aos valores nominais referentes ao mês de março de 2001. Eis o teor do artigo, *in verbis*:

"Art. 1º. Todas as parcelas remuneratórias, compreendidas como tais as gratificações, os adicionais, as indenizações e quaisquer outros acréscimos pecuniários, a qualquer título, percebidos pelos membros da Polícia Militar do Estado, da Casa Militar e do Corpo de Bombeiro Militar do estado, sejam ativos, reformados, da reserva remunerada ou ainda as parcelas ou acréscimos que compõem as pensões dos pensionistas, passam a corresponder aos valores nominais referentes ao mês de março



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Alfredo Sérgio Magalhães Jambo

de 2001, sendo reajustável por lei específica ou por lei que disponha sobre revisão geral de remunerações dos agentes públicos estaduais, ficando expressamente vedada a vinculação de quaisquer vantagens remuneratórias, parcelas ou acréscimos pecuniários ao soldo."

In casu, tendo o óbito ocorrido em 28/01/2008, ou seja, na vigência da referida lei, o auxílio-funeral, na visão do Apelante, teria como parâmetro duas vezes o valor recebido pelo *de cujus* em março de 2001, estando correto, pois, o valor pago à apelada.

Ocorre que o falecido era militar estadual e a lei estadual nº 10.426/90, que disciplina o valor a ser pago a título de auxílio-funeral, assim estabelece:

"Art. 65 - O auxílio-funeral equivale a duas vezes o valor do soldo do posto ou graduação do servidor militar falecido, não podendo ser inferior a duas vezes o valor do soldo do Cabo".

Ressalte-se que, havendo uma lei específica que regula a matéria, é ela que deve ser aplicada em caso de litígio.

A Lei de Introdução ao Código Civil disciplina, em seu artigo 2º, § 2º, que a lei nova, que estabeleça disposições gerais ou especiais a par das já existentes, não revoga nem modifica a lei anterior.

É o que acontece no presente caso.

O auxílio-funeral concedido aos herdeiros de militar vem disciplinado na lei que trata da remuneração dos servidores militares do Estado de Pernambuco (lei estadual nº 10.426/90).

Por outro lado, a Lei Complementar Estadual nº 32/2001 regula todas as parcelas remuneratórias percebidas pelos membros da Polícia Militar do Estado, Casa Militar e Corpo de Bombeiros Militar do Estado, não mencionando o auxílio-funeral. Ademais, destaque-se, por oportuno, que esse tipo de auxílio é parcela indenizatória, não se confundindo, pois, com a espécie tratada na LCE.

Tem-se que, por ser a lei 10.426/90 específica e por tratar inteiramente da matéria objeto de discussão dos presentes autos, ela deve ser aplicada.

Diante do exposto, infundado o argumento de que a Lei Complementar nº 32/01 por ser posterior, teria revogado tacitamente a lei 10.426/90, sendo aplicada aos casos por esta regulados.

Não obstante, *ad argumentum tantum*, ainda que se admitisse a tese suscitada pelo apelante, de que o valor tomado como referência para concessão do auxílio funeral é o do soldo



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Alfredo Sérgio Magalhães Jambo

90
R

em março de 2001 e o servidor, viesse a morrer muitos anos depois da vigência dessa lei, como é caso dos presentes autos, o valor que seria pago aos seus herdeiros já estaria corroído pela inflação, desvirtuando-se de sua finalidade, que é indenizar os herdeiros do morto pelas despesas com o funeral.

Destarte, determinando a lei que o valor do auxílio-funeral corresponde a duas vezes o valor do soldo do posto ou graduação do servidor militar falecido, tendo o servidor, à época do falecimento, soldo no valor de R\$ 1.557,13, o valor que deveria ter sido pago à autora era R\$ 3.114,26. Como já recebeu a importância de R\$ 215,02, a diferença a ser paga é de R\$ 2.899,24.

Neste sentido, jurisprudência desta Egrégia Corte:

Ementa: ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO ORDINÁRIA DE COBRANÇA. SERVIDOR MILITAR. AUXÍLIO FUNERAL. BENEFÍCIO PAGO EM PARCELA ÚNICA QUE NÃO SE CONFUNDE COM AS PARCELAS REMUNERATÓRIAS OU INDENIZATÓRIAS PREVISTAS NA LCE Nº 32/2001. INCIDÊNCIA DO ART. 65 DA LEI ESTADUAL Nº 10.426/90. RECURSO NÃO PROVIDO. DECISÃO UNÂNIME. 1. O auxílio funeral previsto na Lei Estadual nº 10.426/90, pago em parcela única, não se enquadra em qualquer das espécies remuneratórias previstas na LCE nº 32/2001, em razão da regularidade ou periodicidade destas. 2. Não havendo revogação expressa na norma posterior, e não tratando ela sobre toda a matéria versada na lei pretérita, não há falar em revogação desta por aquela. 3. Comprovada a discrepância entre o valor do benefício efetivamente pago pelo Estado e o previsto na norma de regência, deve ser mantida a decisão que determinou o pagamento da diferença. 4. Recurso desprovido à unanimidade. (Apelação 186918-7; Comarca Recife; Relator Ricardo de Oliveira Paes Barreto; Órgão Julgador 8ª Câmara Cível; Data de Julgamento 5/11/2009);

Ementa: CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO - SERVIDOR MILITAR - VALOR DO AUXÍLIO-FUNERAL - NÃO OCORREU MUDANÇA NA FORMA DE CÁLCULO - OBSERVÂNCIA DO ART. 65 DA LEI ESTADUAL Nº 10.426/90 - PEDIDO DE REDUÇÃO DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS ARBITRADOS - RECURSO PROVIDO PARCIALMENTE. 1- A Lei estadual nº 10.426/90 disciplina a concessão do auxílio-funeral para custear as despesas com o sepultamento do servidor militar e estabelece que o este benefício equivalerá a duas vezes o valor do soldo do posto ou graduação do servidor militar falecido e não poderá ser inferior a duas vezes o valor do soldo do cabo. 2- As alterações introduzidas pela LC nº 32/2001 não revogaram expressamente o art. 65 da Lei Estadual nº 10.426/90. O auxílio funeral é pago em parcela única e não compõe a pensão do beneficiário, não sendo considerado acréscimo remuneratório. 3- Em casos como o presente, em que a Fazenda Pública foi vencida, os honorários serão fixados consoante apreciação equitativa do magistrado, conforme estabelece o § 4º do já citado art. 20. A análise deste dispositivo demonstra que o juiz deve atentar para o disposto nas alíneas a, b e c do § 3º deste artigo. 4- Recurso provido parcialmente para reformar a sentença vergastada apenas no concernente aos honorários advocatícios, fixando-os no percentual de 10% (dez por



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Alfredo Sérgio Magalhães Jambo

cento) sobre o valor da condenação, mantendo os seus demais termos. (Apelação 186132-7; Comarca Recife; Relator João Bosco Gouveia De Melo; Órgão Julgador 7ª Câmara Cível; Data de Julgamento 8/9/2009).

Por fim, no que tange aos honorários advocatícios, entende a parte recorrente que ela deva ser reduzida, pois o valor arbitrado, R\$ 1.500,00, corresponderia a 51,73% do valor da condenação, ou seja, R\$ 2.899,24, o que se revelaria desarrazoado.

Com razão a apelante. Vejamos.

Preconiza o Digesto Processual civil, em seu art. 20:

Art. 20. A sentença condenará o vencido a pagar ao vencedor as despesas que antecipou e os honorários advocatícios. Esta verba honorária será devida, também, nos casos em que o advogado funcionar em causa própria.

§ 1º O juiz, ao decidir qualquer incidente ou recurso, condenará nas despesas o vencido.

§ 2º As despesas abrangem não só as custas dos atos do processo, como também a indenização de viagem, diária de testemunha e remuneração do assistente técnico.

§ 3º Os honorários serão fixados entre o mínimo de dez por cento (10%) e o máximo de vinte por cento (20%) sobre o valor da condenação, atendidos:

- a) o grau de zelo do profissional;*
- b) o lugar de prestação do serviço;*
- c) a natureza e importância da causa, o trabalho realizado pelo advogado e o tempo exigido para o seu serviço.*

No caso vertente, o magistrado, ao arbitrar o valor dos honorários em R\$ 1.500,00, com a devida vênia, excedeu-se, indo além dos limites estampados no suso mencionado §3º do art. 20 do CPC.

Posto isso, atendo-me às alíneas *a*, *b* e *c* do §3º do art. 20, entendo que devam ser reduzidos os honorários advocatícios de R\$ 1.500,00 para 20% sobre o valor da condenação.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Alfredo Sérgio Magalhães Jambo

92
R

COMO RESULTADO DA MINHA FUNDAMENTAÇÃO:

Voto pelo **PROVIMENTO PARCIAL** do apelo para tão somente reduzir os honorários advocatícios de R\$ 1.500,00 para 20% sobre o valor da condenação, mantendo a sentença nos seus demais termos.

Recife, 03/10/13


Des. Alfredo Sérgio Magalhães Jambo
Relator